

2026 É ANO ELEITORAL. CHEGA E DE ELEGER POLÍTICOS PILANTRAS

Cobramos do governo federal e de seus ministros, problemas que as nossas categorias enfrentam, mas esquecemos que muitas mandas nossas são atribuições do congresso nacional, com deputados federais e senadores sendo responsáveis por criar e aprovar leis que atendam nossos pleitos.

Em 2026, estaremos elegendo Presidente da República, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais. Como servidores federais somos vinculados ao governo federal, nosso patrão, e a senadores e deputados federais, que devem elabora leis que nos favoreçam assim como devem favorecer a toda a população brasileira. Mas isso nunca acontece. Por conta da maioria da população votar em candidatos pilantras, que não têm nenhum compromisso com a honestidade, com os serviços públicos e seu funcionários (que somos nós), que se utilizam dos cargos para representar e defender os interesses das classes mais ricas, empresários sanguessugas, e que só aprovam leis que nunca nos beneficiam. E isso ocorre porque não escolhemos quem deveríamos escolher para nos representar no congresso nacional.

Há candidatos de partidos que jamais vão atender nossas demandas. Por isso é preciso atenção em que se vai votar. É necessário fazer uma pesquisa para saber se o candidato e o partido pelo qual concorre, apoia as causas populares e dos servidores públicos.

O DESESPERO DE QUEM NÃO PODE PAGAR PLANO DE SAÚDE TEM QUE ACABAR

Os servidores públicos do INSS, Saúde, Trabalho, FUNASA e ANVISA estão enfrentando muitas dificuldades para manutenção de seus planos de saúde. O desespero maior é na Saúde e Trabalho, onde a maioria já nem plano tem mais. E isso é mais recorrente com aposentados e pensionistas que, nesta altura da vida, que ficam privados de tratamentos especializados às comorbidades adquiridas ao longo da vida e não conseguem atendimento especializado nas UBS e nem em clínicas públicas nas cidades do interior do Paraná. Já dissemos que nas capitais o atendimento em especialidades era um pouco melhor, mas o desgovernador do estado não tem mostrado competência para oferecer saúde de qualidade aos paranaenses que não podem pagar por planos de saúde.

Há muitas reclamações contra os aumentos abusivos nos planos da GEAP, o que faz as pessoas desistirem de pagar por falta de recursos. A FENASPS ingressou com ação judicial para exigir que a GEAP cumpra cordo e diminua o valor das mensalidades, mas a demora da justiça é endêmica neste país.

Expediente:

JORNAL DO SINDPRES/PR – DEZEMBRO DE 2025. Textos sob responsabilidade da Diretoria Colegiada. Fotos: arquivos da FENASPS e do SINDPREVS/PR. Jornalista Responsável: Hugo Ramírez Filho. Imprensa: GRAFINORTE - 5 MIL EXEMPLARES.

www.sindprevspr.org.br - Instagram: [sindprevspr](https://www.instagram.com/sindprevspr)

O que vimos é muito político pilantra ganhando os votos de nossas categorias, mas depois de eleitos, votam sempre contra os nossos interesses. E assim fica difícil conquistar avanços no congresso nacional. Para comprovar o que ressaltamos, basta ver os projetos que se votam no congresso e que jamais atenderam qualquer das nossas reivindicações.

Também lembramos que seus votos têm consequências positivas e negativas para suas vidas. Quem estamos elegendo para o congresso nacional (senadores e deputados) têm nos traído e apoiado terceirizações e privatizações dos serviços públicos, como agora com a PEC 38, da Reforma Administrativa. A maioria dos deputados federais do Paraná é favorável a essa aberração que visa destruir os serviços públicos. E muitos de nós, servidores, ajudamos a eleger esses pilantras.

No Sul do Brasil é muito comum que políticos do chamado Centrão se disfarcem de ovelhas para roubar nosso voto. Lembramos que essa gente abjeta jamais vota algo que possa nos favorecer. Tem sido assim desde o golpe de 64. É do Centrão a maioria dos parlamentares do nosso Estado e por isso somos sempre muito prejudicados. Sendo desnecessário lembrar que são do centrão os deputados que desejam aprovar na marra a Reforma Administrativa para destruir os serviços públicos.



Com relação a eleição de governador e deputados estaduais, vale a mesma recomendação. Como se pode votar em governador que privatiza e terceiriza nossas empresas públicas, que não valoriza os servidores públicos estaduais e prioriza sempre os empresários que ganham empresas públicas para enriquecerem cobrando taxas abusivas da população? Pensem bem, quem privatizou a COPEL e escolas públicas, além de ignorar as reivindicações dos servidores estaduais? E o que dizer da militarização fascista de nossas escolas, algumas entregues a peso de ouro à iniciativa privada. Nossas ciências não merecem tamanha defaço de serem deseducadas pro quem nada entende de educação.

De nada adianta votar errado e querer que sejamos representados com dignidade e atenção. **Quem vota em pilantras é governado por eles!**

FENASPS E SINDICATOS FILIAADOS ACIONAM A JUSTIÇA PARA GARANTIR PERMANÊNCIA DE PAIS E MÃES NO PLANO DA GEAP

A FENASPS, em conjunto com sindicatos federados, ingressou com Ação Civil Pública para impedir que a GEAP Autogestão em Saúde exclua pais, mães, padrastos e madrastas da cobertura dos planos, prática que vinha sendo denunciada pela categoria. A ação foi distribuída em 30/10/2025, na 18ª Vara Federal Cível da SJDF, com pedido de urgência.

A iniciativa ocorre diante de tentativas da GEAP de alterar regras, restringir dependentes e descumprir o acordo judicial firmado com a Federação, que garantiu direitos históricos dos servidores. A FENASPS já havia alertado em diversas publicações que a autogestão vinha promovendo reajustes abusivos, “equalização” sem transparência e desrespeito à decisão judicial que assegurou, entre outros pontos, a manutenção de genitores como dependentes.

Saúde é direito, não mercadoria. A luta continua!
Leia mais em <https://fenasps.org.br>

DEVOLUÇÃO:
Av. Jorge Casoni, 2575
86010-250 Londrina PR

Jornal do

sindPREvs

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

**DEZEMBRO
2025**



A REFORMA ADMINISTRATIVA É DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os parlamentares da organização criminosa chamada Centrão, que há décadas vivem do assalto ao orçamento geral com aliados da extrema direita, cumprindo as determinações dos setores que compõem o mercado financeiro, a FIESP, CNI, CNC, querem alterar a constituição de 1988 para destruir as conquistas sociais da classe trabalhadora e os serviços públicos. No decorrer das últimas décadas, as entidades do funcionalismo lutam bravamente contra o projeto ultraliberal, pois a bancada da Bala, Boi, Bíblia e Banqueiros aliados do crime organizado, sempre reapresentam a mesma proposta. Estes setores da elite patrimonialista sempre viveram às custas do Estado. Há 525 anos roubam as riquezas e assim construíram suas riquezas. Hoje os bilionários detêm 99% das riquezas do País.

Após a derrota da PEC 32 em 2022, aproveitaram de um erro brutal do governo, que começou a fazer reformas pela via infraconstitucional, incluindo na MP 1286/2024, alterações profundas no Regime Jurídico Único, com Programa de Gestão de Desempenho, fim das progressões funcionais, alteração nas regras dos concursos públicos pelo modelo do extinto DASP, não mais por carreiras como era antes, mas sim permitindo a transversalidade dos cargos podendo exercer suas atribuições em diferentes órgãos, enfim e criação no Regime Jurídico, sem haver qualquer debate com o funcionalismo ou mesmo com a sociedade. Assim, o presidente da Câmara, mandou o relator rejeitar todas as emendas do governo e das entidades sindicais. E criou um GT para tratar do assunto. E numa relação promíscua foi parida a PEC 38, que é uma tragédia completa para os servidores, para a população e ao País.

Esta PEC coloca em risco muito mais do que ataques aos servidores públicos das três esferas, mas à soberania nacional, pois autoriza governantes desonestos não mais fazer concurso público, tirando a autonomia dos serviços prestados pelos servidores, pela corrupção desenfreada de cabos eleitorais que poderão ser indicados para assumir as funções públicas. Os projetos de “Reforma” querem acabar com a estabilidade e concursos públicos e precarizar esses serviços através da terceirização das funções públicas, pagando baixos salários de quem ingressar nas carreiras, é o desmonte do Estado Brasileiro.

Os desgovernos anteriores deram demonstração de como seria ter servidores públicos sem estabilidade, que não têm nenhuma responsabilidade no trato da coisa pública, seja no atendimento à população ou no patrimônio de todo o povo brasileiro.

Se não existe a estabilidade, jamais o País descobriria as tentativas de fraudes na compra de vacinas COVID 19, para impedir os roubos da joias pela família do ex-presidente e agora presidiário, as investigações da PF que estão desmontando a maior quadrilha do País que está infiltrada em várias esferas dos governos Estaduais, com envolvimento de parlamentares, que usam o sistema financeiro para lavar dinheiro. Sem estabilidade, os políticos de alto escalão não permitiriam que PF fizesse a investigação. Imagine o que aconteceria se o funcionalismo não tivesse a estabilidade para exercer suas atribuições?

Sem estabilidade, os políticos barra pesada, a maioria do atual congresso, querem colocar em substituição aos servidores concursados e com estabilidade, pessoas de sua confiança, que não têm compromisso com a honestidade e podem facilmente ser ameaçados de demissão caso denunciem as maracutaías com recursos públicos. Hoje isso não acontece porque a estabilidade nos garante diante das denúncias que fazemos (e não são poucas) contra os corruptos.

Na luta, na pressão, no enfrentamento às quadrilhas organizadas do congresso, até agora conseguimos impedir a votação destes projetos de destruição dos serviços públicos. Todos os servidores do País, unidos numa frente única fazem intensa pressão sobre os parlamentares do centrão e da extrema direita, que servem aos empresários desonestos que querem a privatização dos serviços saúde, educação e segurança, que hoje são gratuitos e imprescindíveis ao povo brasileiro.

É fundamental que esta pressão sobre os deputados e senadores do mal, sejam feitas diariamente. Não podemos retroceder nesta luta, porque a qualquer momento as hordas das trevas podem querer votar projetos de lei para destruir o que a classe trabalhadora construiu ao longo deste século.

Vamos manter a vigilância permanente, com mobilização em todos os Estados e também em Brasília. Dizendo em alto e bom tom **QUEM VOTAR NÃO VOLTAR!**

A Reforma Administrativa, se é ruim para o serviço público, é péssima para o povo brasileiro!

Nossos ideais devem convergir para justiça social e esperança de dias melhores para todos/as os/as servidores/as públicos/as que se dedicam a servir ao povo brasileiro.

Desejamos a todos/as um NATAL de Paz e Alegrias e que 2026 seja um ano de realizações!

sindPREvs FENASPS

NESTA EDIÇÃO:
CAOS NA GESTÃO DO INSS
PÁG. 2

LUTA DOS AGENTES DA SAÚDE
POR INDENIZAÇÃO – PÁG. 4

AUXÍLIO NUTRIÇÃO PARA
APOSENTADOS - PÁG. 5

INFORMES JURÍDICOS
PÁGS 8, 9 E 10

TRABALHO LUTA POR
VALORIZAÇÃO - PÁG. 11



CAOS NA GESTÃO DO INSS, UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Apesar de ser um dos mais importantes órgãos do Serviço Público, e o maior distribuidor de renda da América Latina, o INSS sofre com a descaso ocorrido ao longo dos anos. Porém, em 2025 o Seguro Social passa por um dos piores momentos em sua história. Se não bastassem os problemas estruturais, hoje a instituição é vítima de uma trama, que levou a prisão por corrupção do ex-presidente Alessandro Stefanutto, mas têm ainda ex-ministro e diretores sendo investigados todos acusados de participarem das maracutaia que roubaram bilhões de aposentados e pensionistas. Estes absurdos levaram a abertura de CPMI, que se transformou num circo que promove deprimentes espetáculos diários.

Apesar das promessas, até agora não atendem as reivindicações dos servidores. Uma guerra interna entre Ministro e o ainda presidente do INSS demonstra uma falta de ações concretas por parte do governo para buscar soluções, preservando os servidores e o Instituto.

E não foi por falta de avisos que a corrupção e a roubo se alastraram, várias entidades denunciaram os problemas que vieram com os convênios de cooperação técnica. A FENASPS sempre cobrou do governo que desse atenção ao INSS, que coisas terríveis estavam acontecendo nas gestões, pois o órgão faz parte das negociatas entre partidos e o governo federal. O resultado por ignorar os alertas estão aí para o Brasil se envergonhar. Nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, a roubo tomou proporções alarmantes, mas também no governo Lula, por falta de fiscalização e agilidade, os problemas perduraram até 2025. Entidades associativas formadas por quadrilhas sanguessugas agiam livremente para roubar aposentadorias e pensões. E sabemos agora que ex-diretores também participavam dessa maracutaia toda.

Imaginem se a Reforma Administrativa já estivesse em vigor, jamais haveríamos de saber desses roubos bilionários.

E não foram poucas as vezes em que servidores concursados e com estabilidade conseguiram travar esses descontos criminosos.

Depois da instalação da CPMI do INSS o governo levou uma sacudida e, assustado, tentou retomar o controle da gestão do instituto, que vive uma grande desordem institucional, agravada pela briga interna entre o Presidente e o Ministro que não aceitou o pedido de demissão dos remanescentes da gestão que foi conivente com as fraudes. E para piorar a situação apostaram todas as fichas no atendimento remoto mediante pagamento de bônus, ao invés de valorizar os servidores do quadro, que têm se desdobrado para atender a população. Esta categoria já deu provas da sua resiliência, mantendo a instituição em pleno funcionamento apesar dos problemas de sistema e administrativos que enfrentam com o PGD, que um instrumento de assédio moral institucional que não tem capacidade de resolver os problemas de atendimento, e provoca adoecimento em massa da categoria, apenas em 2025 já ocorreram mais de quinze óbitos. Uma tragédia anunciada.

Mas alguns iluminados da Direção Central até já cogitaram terceirizar alguns serviços, o que equivaleria a uma privatização fatiada do INSS, nos moldes das lotéricas e dos Correios, com entrega à iniciativa privada para gerir os benefícios previdenciários.

Historicamente, a luta da categoria conseguiu barrar as privatizações, mas a exemplo da contratação dos militares sempre aparece alguém, que não conhece a realidade vivida nos locais de trabalho, achando que tem a bala de prata para resolver os problemas. Temos que ficar sempre atentos a qualquer tentativa do governo em precarizar ainda mais o INSS. Por isso é muito importante acompanhar as notícias que divulgamos nas redes sociais e sites do S I N D P R E S V S / P R (www.sindpdevs.org.br) e da FENASPS (www.fenasps.org.br).

A FENASPS e Sindicatos filiados, sempre lutaram pela realização de concursos públicos, não haverá solução aos problemas das filas virtuais ou presenciais ser contratar mais servidores. Ou o destino do INSS estará nas mãos do mercado financeiro, estes sanguessugas que fazem de tudo para manter os benefícios em valores rebaixados levando parcela expressiva de aposentados viverem em situação de miserabilidade. Atualmente tramam em reduzir ou acabar com BPC.

O INSS sofre com a falta de mais de 23 mil servidores para dar andamento nos serviços, que se multiplicam a cada ano. Se é verdade que há mais de 10 milhões de requerimentos na fila, estes benefícios estão represados porque não há profissionais suficientes para analisar e conceder esses benefícios, e assim a fila aumenta exponencialmente e não vai acabar tão cedo.

Cobranças

A FENASPS vem cobrando tomada de posição para que o governo, cumpra seu papel e coloque o INSS como prioridade, pois é um órgão vital para a classe trabalhadora. E a valorização dos servidores e a estruturação do Instituto são passos fundamentais. Vários Ministros disseram que requisitaram a realização de concursos públicos para recompor o quadro, e ao que parece não foram ouvidos. Não podemos jamais esquecer que esses benefícios representam comida, moradia e vestuário, e deveriam suprir as necessidades básicas à sobrevivência individual e familiar.

Sempre pautamos nossas ações focados na realidade vivida pela categoria, nunca acreditamos em promessas, de quem muitas vezes está mais preocupado em se reeleger do que mudar essa política de caos vivido pelo INSS. Mas continuamos firmes na luta em defesa do INSS e de seus servidores, aos quais representamos sempre com mobilização e luta sem tréguas por valorização profissional e salários dignos.

SERVIDORES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO EXIGEM VALORIZAÇÃO

Os servidores do Ministério do Trabalho têm lutado incessantemente por maior atenção por parte do governo. Há em curso uma desestruturação que impede avanços nas finalidades que o MTE desempenha e que são vitais para as relações de trabalho entre patrões e empregados.

Neste momento, há um número cada vez mais reduzido de servidores atuando nas Gerências Regionais do Trabalho em todo o país. Isso é reflexo do abandono proposital que vem desde o governo de Michel Temer, o destruidor de direitos, pois patrões jamais vão permitir que haja atuação eficiente não só de Auditores-Fiscais, mas também dos servidores administrativos que se empenham em bem atender à população, mesmo que sem as condições adequadas.

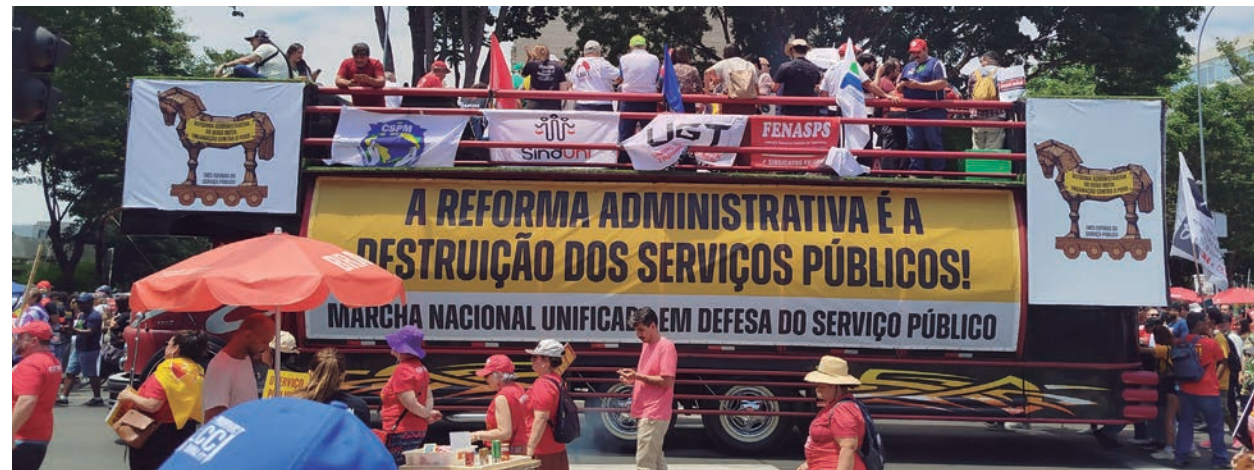
Nas reuniões da Mesa de Negociação específica, o SINDPREVS/PR tem sido representado por um servidor e uma servidora que atuam no Paraná e que não deixam de lutar por avanços para a categoria. Isso é fundamental para que sejamos bem sucedidos em nossas reivindicações. Inseridos na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, servidores do MTE querem que haja valorização frequente, e não só reajustes pontuais, que amenizam perdas, mas não atendem às demais reivindicações. Queremos que isso mude e que se discutam também outras questões além dos salários.



Ressaltamos que existem dificuldades para se avançar nas negociações porque há uma divisão entre os servidores a nível nacional. Essa divisão atrasa conquistas, e nossos representantes têm a preocupação de que qualquer avanço deva também contemplar não só quem está na ativa, mas também a aposentados.

Percebemos que o MTE tem sido relegado a ministério de segunda categoria no atual governo, e por isso as dificuldades de se conquistar avanços. Está prevista nova rodada de negociação para fevereiro/26 e estaremos lá, continuando a lutar por avanços e por fortalecimento de uma categoria que deve ser valorizada para que possa continuar atuando de forma eficaz para os trabalhadores brasileiros. E por valorização, entendemos também ser necessária a realização de concurso público para repor o quadro de pessoal que se encontra muito defasado.

PRECARIZAR É DESTRUIR GARANTIAS TRABALHISTAS



Precarização é o processo de deterioração das condições de trabalho, que envolve a redução de direitos, a informalidade e a instabilidade, levando à insegurança e ao enfraquecimento do trabalhador. Ela se manifesta por meio de vínculos empregatícios precários, terceirização sem garantias trabalhistas, desemprego, informalidade em massa e salários baixos.

CARACTERÍSTICAS DA PRECARIZAÇÃO:

- **Informalidade e falta de direitos:** Aumento de trabalho sem carteira assinada e sem acesso a direitos trabalhistas como férias, 13º salário e FGTS. No serviço Público a precarização atinge a desestruturação de direitos como estabilidade, concurso público e carreiras.
- **Terceirização:** Contratação de empresas terceirizadas ou “quarteirizadas” que eliminam garantias previstas em convenções coletivas, como piso salarial, vale-refeição e seguro de vida.
- **Instabilidade e falta de renda:** Jornadas de trabalho extenuantes, ausência de rendimento estável e falta de suporte em caso de acidentes ou doenças.

- **Subordinação disfarçada:** Relações de trabalho disfarçadas de “autonomia” ou “parceria”, como na “uberização”, mas que mantêm o trabalhador subordinado, sem benefícios e direitos previdenciários.
- **Desemprego e subemprego:** Criação de empregos de menor complexidade, que exigem menos qualificação e oferecem salários inferiores, sem perspectiva de ascensão profissional.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA PRECARIZAÇÃO

- **Causas:** A precarização é fruto de um cenário de reorganização do capitalismo, intensificação do trabalho, retirada de direitos e flexibilização da legislação trabalhista, além da falta de regulamentação para novas formas de trabalho, como o digital.
- **Consequências:** Impactos negativos na qualidade de vida, estresse, dificuldade financeira e enfraquecimento da atuação coletiva dos trabalhadores. A informalidade também reduz a arrecadação tributária e dificulta a fiscalização e regulamentação das práticas trabalhistas. A precarização no serviço público tem traz um elemento perigoso às discussões, as doenças psicossomáticas, decorrentes da pressão porque spassam os servidores.

CRIAÇÃO DE CARGOS NA ANVISA

No Projeto de Lei que o presidente Lula enviou ao Congresso Nacional em 1º de dezembro/25, para Reestruturação de Carreiras do funcionalismo federal, consta a criação de 225 novos cargos para a ANVISA, que passa por apuros por não ter número de servidores suficientes para atender às demandas de trabalho.

Lembramos que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é o órgão responsável por proteger a saúde da população por meio do controle sanitário de produtos e serviços que impactam a saúde pública.

Esperamos que junto com esses novos cargos, haja melhorias salariais e nas condições de trabalho, e que a autonomia da ANVISA seja cada vez mais efetiva, não permitindo que haja interferência política ou de empre-sários mal intencionados em sua atuação, que é responsável pela defesa da nossa saúde pública através da vigilância sanitária.

Quando a Reforma é para precarizar e destruir

A Reforma Administrativa pretendida por congressistas e que tem no Centrão o seu maior defensor é mais uma prova de que precarização convive com golpismos e visa destruir não só os serviços públicos, mas também tudo o que o cerca, como atendimento digno e gratuito à população, sobretudo a mais carente, deixando que a inciativa privada, que visa o lucro acima de tudo, assuma um papel que não é seu, como também possibilita maracutaia mil com a introdução de “servidores” colocados pelo critério de indicação e apadrinhamento político, isso para permitir que a corrupção não seja denunciada, como ocorre hoje com servidores concursados. Ao menor sinal de contrariedade, o servidor apadrinhado poderá ser dispensado na maior cara de pau. Por isso somos radicalmente contra essa reforma que é a destruição dos serviços públicos e sua entrega ao que há de pior no empresariado sanguessuga e políticos trambiqueiros. O serviço público é patrimônio do povo brasileiro!

INSS - PROGRESSÃO FUNCIONAL
Ação nº 5045512-30.2014.4.04.7000
Com o resultado definitivo da sentença proferida na ação coletiva proposta pelo SINDPREVS/PR informamos que, por meio de sua assessoria jurídica – Escritório Trindade & Arzeno Advogados Associados, foram ajuizadas ações para os servidores do INSS que ainda não estejam em final de carreira, a fim de pleitear que a Autarquia Previdenciária passe conceder a Promoção ou Progressão Funcional a cada 12 (doze) meses, onde vários servidores já foram beneficiados com a devida ação.

ESCLARECIMENTOS SOBRE AÇÃO DO PASEP
A Assessoria Jurídica da FENASPS emitiu parecer sobre a questão, no qual, ao final, esclarece: **“É nossa opinião, portanto, que os servidores devem evitar o ajuizamento de demandas individuais sobre o assunto”**.

Por outro lado, e tendo em conta o que o STJ agora pacificou sobre a legitimidade passiva do Banco do Brasil e sobre prescrição, em casos tais, somos do entendimento de que estão presentes condições razoavelmente seguras para o ajuizamento de ações coletivas versando sobre a matéria, devendo-se dar preferência para a veiculação do interesse por intermédio de Ação Civil Pública, de modo a reduzir totalmente o risco de condenação da entidade proponente em honorários sucumbenciais, no caso de insucesso da demanda.”

De todo modo, aos servidores que tenham interesse e que ingressaram no serviço público federal **antes de 1988**, e que **não** tenham retirado extrato da conta do PASEP **há mais de 10 anos, esses poderão solicitar os extratos da conta do PASEP no Banco do Brasil**. Os extratos poderão ser entregues ao sindicato, que encaminhará à assessoria jurídica para análise contábil. Apenas após a perícia contábil será possível verificar a existência de direito às diferenças do PASEP.

ABONO DE PERMANÊNCIA - TERÇO DE FÉRIAS - GRATIFICAÇÃO NATALINA

Conforme estabelece a lei, o terço constitucional de férias e a gratificação natalina são rubricas devidas aos servidores públicos que devem levar em consideração, na sua apuração, toda a remuneração dos servidores. Contudo, não obstante o abono de permanência componha a remuneração, a Administração não o inclui na base de cálculo da gratificação natalina e do 1/3 de férias, gerando um prejuízo aos seus servidores, que recebem tais benefícios a menor.

Por isso, o SINDPREVS/PR propôs em meados de 2019 ações coletivas em favor dos servidores do INSS, Ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência Social, além da FUNASA e ANVISA, buscando a declaração do direito à inclusão do abono de permanência na base de cálculo da gratificação natalina e do terço constitucional de férias, a fim de que a Administração não apenas passe a incluir o valor pago a título de abono de permanência na base de cálculo das referidas rubricas, como também pague as diferenças que deixaram indevidamente de ser pagas desde 2015, acrescidas de juros e correção monetária.

Tais ações, que contemplam todos os filiados ao SINDPREVS/PR, estão com decisões favoráveis, em razão de o Superior Tribunal de Justiça já ter reconhecido o direito em julgamento recente de Recurso Repetitivo, mas precisam aguardar o julgamento definitivo dos recursos dos Réus (ministérios), para que o Sindicato possa iniciar as execuções.

ALERTA SOBRE GOLPES

Todo ano alertamos nossos filiados para que estejam sempre alertas para não cair em golpes. A cada dia que passa os criminosos estão aprimorando suas técnicas para enganar alguém. E isso não é diferente para servidores/as de nossas categorias, que frequentemente são vítimas de alguma tentativa de golpe, seja jurídico, com propostas de pagamento de valores em ações falsas, até golpes financeiros, como em contas bancárias, ou pagamento de boletos falsos, usando empresas de governos e particulares.

Com relação ao golpe de advogados, os bandidos também se passam por advogados de nossa Assessoria Jurídica, **Trindade & Arzeno**, na tentativa de iludir nossos filiados. Sempre que receberam comunicados fora dos meios oficiais do sindicato, procurem o SINDPREVS/PR para maiores informações. Com relação a pagamento de boletos falsos, procurem auxílio de algum familiar para verificar se não é golpe. Toda atenção é pouca. Nunca pague boleto algum sem antes buscar informações sobre sua veracidade.

CUIDADO COM PROCURAÇÕES E AÇÕES COM OUTROS ADVOGADOS

Mesmo que o SINDPREVS/PR, ao logo dos últimos anos, tenha orientado nossos filiados para que tenham cuidado em outorgar procurações a outros advogados que não os de nossa Assessoria Jurídica, temos recebido informações e até contatos de servidores que se deixaram levar por recomendações de colegas, amigos e parentes e ingressaram com ações com outros advogados, seja em ação que já possuímos, seja novas ações propostas. Há casos de servidores que não conseguem se aposentar com receio de que percam a incorporação da GACEN às suas aposentadorias porque entraram com ação requerendo a devolução dos valores descontados à título de PSS. Havia entendimento de que se não recolher o PSS da GACEN não a receberia na aposentadoria. Há casos de servidores que ganharam esta ação e receberam 6, 7, 8 e até 9 mil reais, menos do que recebem em um ano, correndo o risco de nunca mais receberem na aposentadoria. Não foi por falta de aviso. E onde estão estes advogados que ingressaram com esta ação, onde estão aqueles que orientaram ingressar com a ação?

Há casos também de ações ingressadas à revelia do sindicato para recebimento do FGTS desde 1988 ou 1992. O risco de se perder esta ação é enorme, sem falar que, quem perder, pode arcar com os custos da sucumbência. Também se fala em receber, em ação fora do sindicato, a correção do PASEP. Aí há grande risco de se perder e também arcar com custas e sucumbência.

Todas as ações que ingressamos pelo SINDPREVS/PR são objeto de intensos estudos jurídicos e análises criteriosas sobre a possibilidade de se vencer na justiça. Como as decisões de nossa justiça não é uniformizada, já houve casos de vitória em determinado estado e derrota em outro e decisões conflitantes nos Tribunais Superiores. Além disso, de forma democrática, são os nossos filiados, nas plenárias estaduais, que decidem se vamos ingressar com determinada ação ou não.

É importante sempre duvidar de telefonemas que não sejam diretamente do SINDPREVS ou do escritório Trindade e Arzeno, via telefone Fixo (41!), e se persistirem dúvidas, entrar em contato com o SUINDPREVS para averiguar a veracidade das informações recebidas de quem não se tem certeza da procedência.

Sempre que ocorrer alguma dúvida, basta entrar em contato com o SINDPREVS para buscar melhores informações.

INSS - ENROLAÇÃO E ENGANAÇÃO

Entra ano e sai ano e continuamos na luta sem fim pela valorização de nossas carreiras e por melhores condições de trabalho, e mesmo sem atendimento, com muita enrolação por parte do governo, continuamos lutando pelas nossas reivindicações, sempre relegados ao esquecimento pela Direção do INSS e pelo MGI.

Não há mistério em se negociar pautas. Basta, além de boa vontade, respeitar quem busca por melhorias pontuais, e as nossas nem são exacerbadas, sendo o mínimo exigido para continuidade de nossos serviços à população.

Cada vez que sentamos para negociar com os representantes do governo somos surpreendidos pelo desinteresse e desrespeito por parte da administração pública, incapaz de atende nossos pleitos. Destacamos, para ilustrar nossa indignação, a luta que já está virando novela, a do cumprimento dos acordos de greve. Como pode um patrão ignorar o que ele mesmo acordou e assinou? Esse desrespeito vem se repetindo desde 2024. Tanto nesta questão quanto nas demais pautas, há sempre um senão a nos bridar com negativas, as quais já sabemos serem propositais, com intuito de enrolar ao máximo em garantir avanço algum.

Cada vez que há uma mesa de negociação, nos mobilizamos, discutimos entre nós e acertamos os pontos a serem discutidos e reivindicados como essenciais, mas o governo não age com retidão e nem sequer disfarça o descaso com que trata o que pleiteamos. Nada se decide numa reunião, tudo sempre fica para depois, e assim indefinidamente ocorre reunião após reunião.

E por sermos sempre enrolados, somos cobrados pelos servidores do INSS em seus locais de trabalho, pois também eles não entendem e nem aceitam que o governo/patrão não seja capaz de atender, minimamente, o que seus empregados buscam.

Falamos à base que em todas as reuniões com o governo evidenciamos o adoecimento constante e fora de controle que acomete servidores cobrados a cumprir metas absurdas, impostas sem negociação com as entidades sindicais e que o governo faz questão de minimizar, quando também não ignora nossas argumentações com provas mais do que robustas.



E como administração insiste em continuar cobrando metas irreais, o adoecimento é consequência de quem não consegue cumpri-las e tem reflexos na diminuição de seus proventos. Quando isso ocorre num ambiente de trabalho privado, os sindicatos buscam a justiça para reparação, mas como somos servidores federais, a justiça federal quase sempre ignora nossas queixas, por mais realistas que sejam.

Cabe ressaltar que a o pagamento de bônus por produção, para mitigar a falta crônica de funcionários no INSS, foi interrompida por falta de recursos do governo e, preocupado coo aumento da fila, o atual ministro disse que o bônus deve voltar em janeiro/26.

Por conta de tantos problemas, “a Fenasps encaminhou ofício ao presidente do INSS requerendo a revogação da portaria 1879, que aprofunda ataques aos servidores do Seguro Social, demonstrando que as ações desta gestão estão totalmente desconectadas da realidade da categoria, que sofre assédio moral institucional, vem adoecendo, e não consegue cumprir suas obrigações e as metas absurdas, porque o sistema está a maior parte do tempo inoperante. Os servidores do INSS estão sofrendo as consequências do caos vivido no Instituto e, portanto, é urgente que a direção convoque os comitês que discutem estas questões, bem como cobrar do Ministro para regulamentar o Comitê Gestor para terá a tarefa de tratar das demandas da categoria.

Os servidores não tem culpa destes problemas, não são máquinas, são seres humanos que merecem respeito que hoje não tem, pois, todas as medidas tomadas transferem aos servidores a solução de problemas que não são resolvidos pela gestão.” (texto da FENASPS).

RESOLUÇÕES DA PLENÁRIA NACIONAL VIRTUAL DA FENASPS 05/11/25

- 1- Fortalecer e intensificar a luta contra a PEC 38 Contrarreforma Administrativa orientando a base para intensificar a pressão contra os deputados e senadores realizando atos e protestos nos Aeroportos nos Estados e municípios.
- 2- Organizar e fortalecer o trabalho de pressão em Brasília, sobre os parlamentares no aeroporto e Congresso Nacional;
- 3- Exigir do governo Lula que se posicione contra a PEC 38 (Reforma Administrativa), e a necessidade de o MGI abrir negociação do PGD e de todas as alterações administrativas e dos processos de trabalho que, na prática, materializam a reforma administrativa de forma infraconstitucional.
- 4- Delegados e Delegadas presentes na Plenária Nacional Virtual da FENASPS, realizada dia 05/11/2025, aprova a NÃO ASSINATURA do Termo de Compromisso do MGI para corrigir os benefícios, excluindo os aposentados e pensionistas e enviar ofício ao governo com a posição da categoria.
- 5- Denunciar o tratamento desrespeitoso que o governo vem dando ao conjunto dos Servidores, não respondeu a pauta de reivindicações dos Servidores Federais, vem fazendo reforma infraconstitucionais e até agora não cumpriu os acordos de greve assinados em 2022 e 2024, exige das entidades a assinatura do termo de compromisso para correção de auxílios e benefícios sociais, auxílios alimentação, Pré-escolar, Assistência à saúde, neste projeto de exclusão dos aposentados e pensionistas dos benefícios;
- 6- Cobrar do governo resposta a proposta de criação do auxílio nutrição para aposentados e pensionistas, que são vítimas desta política excludente;
- 7- Enviar documento ao governo, Ministro da Previdência, Presidente do INSS, Casa Civil e MGI, exigindo solução para os problemas de sistema do Seguro Social, que passa maior parte tempo inoperante trazendo grandes problemas ao desempenho profissional aos/as servidores/as do INSS, seja quem está no trabalho presencial e home office. Denunciando que estes servidores estão sendo cobrados para cumprir as metas (abusivas) do PGD, não tem o devido abatimento do tempo que o sistema fica inoperante. Além destes problemas de sistemas a Presidência do Instituto, através do ofício Circular 23/2025, suspendeu vários programas inclusive Bônus, para recomposição orçamentária;
- 8- Agendar audiência com o Ministério da saúde, para tratar das demandas dos servidores, adicional de insalubridade reconhecimento tempo insalubre, fornecimento do PPP e LTCAT;
- 9- Enviar ofício ao governo/MGI para que, quando o servidor não fizer prova de vida no tempo hábil, que seja assegurado o imediato pagamento do salário assim que fizer a prova de seja adotado os critérios nos moldes do RGPS. Hoje os servidores estão sendo penalizados pelas suas condições de vida, independentemente da situação que se encontra no momento, e, a falta do salário no mês implica em falta de alimentação, remédios, etc.
- 10- Convocar reunião virtual dos diretores da Secretaria dos Aposentados para discutir demanda, organizar a luta dos Aposentados para exigir respeito aos seus direitos e aprovação do Adicional de Nutrição, sugestão para fazer na segunda quinzena de novembro;
- 11- Realizar Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa na segunda quinzena de novembro;
- 12- Realizar o Encontro Nacional Virtual do/as Servidores/as do INSS, Seguridade Social e aposentados; em data posterior ao Seminário sobre Reforma Administrativa;
- 13- Propor aos integrantes do DEVISA/FENASPS, a realização de reunião virtual, com a participação de diretores da FENASPS;
- 14- Autorizar a diretoria da FENASPS fazer estudos e apresentar uma “contraproposta”, a ser construída com o restante do funcionalismo FONASEFE e FONACATE, para lutar pela paridade entre os três poderes e corrija a discriminação perpetrada contra os aposentados, para corrigir a distorção que seja criado um auxílio (nutrição, medicamento ou outra denominação);
- 15- Reafirmar a reivindicação de elevar a participação do governo no per capta da saúde para no mínimo 50% da mensalidade da saúde suplementar;
- 16- Insistir na abertura de negociação em torno das remunerações, plano de carreira, bem como do cumprimento dos acordos de greve;
- 17- Requerer do governo o imediato reconhecimento da compensação da greve realizada pelos/as servidores/as do INSS, MTE e Saúde em 2022. E também considerar já resposta o período da greve que a categoria realizou no INSS em 2024.

LUTA POR INDENIZAÇÃO PELA CONTAMINAÇÃO DE AGENTES NOCIVOS SEGUE FIRME



Há uma luta importante sendo travada neste momento em favor dos servidores da EX-FUNASA, que hoje estão abrigados no Ministério da Saúde e da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), que cobram indenização do Ministério da Saúde e do governo federal por danos à saúde decorrentes do uso de pesticidas, como o DDT E BHC, sem a devida proteção. Essa luta dos ex-servidores por indenização e assistência à saúde é antiga e envolve ações judiciais e projetos de lei no Congresso Nacional.

Diversos projetos tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal visando conceder indenização ou pensão vitalícia a esses trabalhadores e seus familiares. Um projeto de lei aprovado em comissão estima uma indenização para servidores aposentados que comprovadamente intoxicados. A FENASPS, reivindica que qualquer indenização com este caráter seja estendida a todos que se contaminaram ao longo dos anos de exposição aos agentes nocivos.

Também lutamos por saúde digna, e há projetos específicos que buscam obrigar a União a custear a assistência à saúde para os servidores que tiveram contato com pesticidas e outros agentes nocivos, reconhecendo a relação entre o trabalho e as doenças desenvolvidas.

REAJUSTE NA GACEN

Também lutamos, junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que aprove o quanto antes o reajuste da GACEN (Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias) que estamos negociando em projeto de lei (PL) já encaminhado ao (MGI), propondo elevação do atual valor para R\$ 3.400,00, com esse valor sendo estendido também a cargos comissionados e funções gratificadas.

Essa questão é objeto de discussão na Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde. Lutamos para que esse projeto, de aumento na GACEN, seja incluído na proposta orçamentária de 2026, e para isso pressionamos governo federal, MGI, Ministério da Saúde e congresso nacional.

Lembramos que o sucesso deste projeto também passa por pressão nos estados sobre parlamentares de cada região, onde buscamos sensibilizar esses parlamentares a apoiarem nossa reivindicação pela elevação no valor da GACEN.

ANUÊNIOS

A Lei 8112/90 estabelecia em sua redação original que os adicionais por tempo de serviço seriam computados ao índice de 1% do vencimento básico para cada ano de efetivo serviço público. Os órgãos públicos federais consideram para tal fim, somente o período trabalhado após a vigência do RJU, ou seja, a partir do dia 12.12.90, em desrespeito ao estabelecido na Lei 8112/90, que não faz a distinção entre o momento em que serviço público foi prestado, nem sob qual regime jurídico (celetista ou estatutário).

O SINDPREVS-PR ingressou com Ações Coletivas requerendo o pagamento correto dos anuênios, calculado sobre todos os anos trabalhados, inclusive dos valores em atraso, até a extinção do direito à incorporação de novos percentuais, em 1999.

FUNASA – MINISTÉRIO DA SAÚDE – MINITÉRIO DO TRABALHO – ANVISA: Todas as execuções foram propostas e vários grupos de servidores já foram pagos, sendo que outros estão com RPV ou precatório já formado aguardando o pagamento. Ademora da formalização dos demais pagamentos e liberação dos alvarás dos pagamentos se deve à necessidade de haver julgamento definitivo dos Embargos propostos pelos Órgãos de origem, os quais alegam prescrições, não concordância de valores, percentual de juros de mora de 1% aplicado e índice de correção monetária utilizado. Vários dos servidores que receberam valores, tiveram o pagamento somente do montante incontroverso, ou seja, aquilo que a União admite ser devido. Para estes a ação continua com o pedido do resíduo dos valores remanescentes.

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO GDPST

ISONOMIA - AÇÃO COLETIVA

A Lei nº 11.784 de 22/08/2008, instituiu a GDPST (Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho), a partir de 1º de março de 2008, inicialmente pela Medida Provisória 431. Acontece que havia diferenciação no pagamento da pontuação entre aposentadorias integrais e proporcionais. Em todos os fóruns do SINDPREVS-PR, haviam reclamações quanto à essa discriminação e, em Plenária Estadual, deliberou-se pelo ingresso de Ação judicial para isonomia no pagamento desta gratificação.

- Ação Nº 5011976-96.2012.404.7000 (Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência): Processo já transitou em julgado, estão sendo tomadas as providências para o cumprimento de sentença.

- Ação Nº 5014048-27.2010.404.7000 (FUNASA): Processo já transitou em julgado, estão sendo tomadas as providências para o cumprimento de sentença.

3,17% - DIFERENÇAS DA LEI 8880/94 INSS – FUNASA – MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DO TRABALHO - ANVISA

Esta Ação pleiteia o recebimento dos valores atrasados da diferença salarial de 3,17%, referente ao IPC- R do ano de 1995 (diferença salarial correspondente ao cálculo da média aritmética dos valores referentes a cada um dos doze meses de 1994 equivalente em URV e retroativo a janeiro de 1995) que não foi concedido a título de reajuste aos servidores públicos federais, quando da aplicação da Lei 8.880/94, implantado aos servidores em 1998.

OBSERVAÇÃO: Todas as execuções foram propostas e vários grupos de servidores já foram pagos, sendo que outros estão com RPV ou precatório já formado aguardando o pagamento. A demora da formalização dos demais pagamentos e liberação dos alvarás dos pagamentos se deve à necessidade de haver julgamento definitivo dos Embargos propostos pelos Órgãos de origem, os quais alegam prescrições, não concordância de valores, percentual de juros de mora de 1% aplicado e índice de correção monetária utilizado. Vários dos servidores que receberam valores, tiveram o pagamento somente do montante incontroverso, ou seja, aquilo que a União admite ser devido. Para estes a ação continua com o pedido do resíduo dos valores remanescentes.

LICENÇAS-PRÊMIO (CONVERSÃO EM PECÚNIA)

As Ações Coletivas, proposta pelo SINDPREVS-PR contra o **INSS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, MINISTÉRIO DO TRABALHO, FUNASA E ANVISA**, foram julgadas em definitivo reconhecendo o direito **ao pagamento de licença-prêmio não gozada e não contada em dobro para fins de aposentadoria.**

IMPORTANTE: Aqueles servidores aposentados que possuem direito à licença prêmio, que não foi gozada e não a tenham utilizado para integralizar o cômputo da aposentadoria, poderão entrar em contato com o sindicato para esclarecimentos.

A utilização da licença-prêmio para o recebimento do abono de permanência não significa necessariamente que o servidor não poderá ingressar com a ação judicial e requerer o pagamento da licença-prêmio. As situações deverão ser analisadas caso a caso, com a cópia do processo de aposentadoria, processo de abono de permanência e extrato com a indicação do tempo de licença prêmio.

AÇÃO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE MINISTÉRIO DA SAÚDE

O SINDPREVS/PR ganhou a ação na justiça em benefício dos servidores do Ministério da Saúde, e garante o direito dos servidores lotados no Ministério da Saúde no Paraná, à percepção de auxílio-transporte, independentemente do meio de transporte utilizado no trajeto residência-trabalho e vice-versa, se público ou particular.

Podem se beneficiar da ação todos os servidores que estiveram lotados e em atividade no Ministério da Saúde no Paraná, em algum momento no período de 21/03/2007 até 18/09/2025, excluídos aqueles que se desvincularam do Ministério da Saúde antes de 21/03/2012 (data do ajuizamento da ação coletiva), ou que tenha já ajuizado ação judicial versando sobre o mesmo tema, salvo desistência expressa da demanda individual prévia à adesão deste processo.

Caso algum servidor do Ministério da Saúde se enquadre nessa situação, de ter tido direito ao auxílio-transporte a partir de 21/03/2007, mas por algum motivo não ter recebido tal vantagem, em contato com o SINDPREVS para buscar melhores informações.



INSS - GDASS/ISONOMIA
Ação nº 2007.70.00.022382-4 / 023326-71.2018.4.04.7000

Com o resultado definitivo da sentença proferida na ação coletiva proposta pelo SINDPREVS/PR, foi reconhecido o direito dos servidores aposentados e pensionistas do INSS à percepção da GDASS – **Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social** nos mesmos moldes dos servidores em atividade, independentemente da efetiva aplicação dos critérios de avaliação de desempenho.

Assim, os **servidores aposentados e os pensionistas vinculados ao INSS que receberam a GDASS de 12/2003 a 04/2009 foram beneficiados pela ação coletiva**, sendo que, para aqueles que não haviam ingressado com a ação e faziam jus ao direito, foi proposto o cumprimento de sentença por substituição processual.

INSS – GDASS 70 PONTOS /ISONOMIA
Ação nº 5055631-45.2017.4.04.7000

Referente à revisão da gratificação GDASS de 50 para 70 pontos, a partir da Lei 13.324/2016, para aposentados e pensionistas do INSS com paridade, cumpre mencionar que o SINDPREVS/PR já ajuizou em 21/12/2017 a Ação Coletiva nº 5055631-45.2017.4.04.7000, que tramita na 6ª Vara Federal de Curitiba, a qual beneficia todos os servidores do INSS lotados no estado do Paraná. Tal ação ainda está em andamento e aguarda julgamento.

Para os servidores aposentados e os pensionistas, vinculados ao INSS, que recebem a GDASS e que não recebem 70 pontos referente a esta Gratificação, que não deseje aguardar pelo julgamento definitivo da Ação Coletiva ajuizada pelo SINDPREVS/PR para cobrança dos valores que eventualmente tenha direito, informamos que poderão ser propostas ações judiciais individuais por meio da assessoria jurídica do sindicato, bastando entregar a procuração e os documentos necessários disponibilizados pelo SINDPREVS/PR.

28,86% DOS MILITARES
INSS – FUNASA – MINISTÉRIO DA SAÚDE
MINITÉRIO DO TRABALHO - ANVISA

A Ação pleiteia o recebimento dos atrasados de 1993 a 1998, referente à incorporação do percentual de 28,86% concedido aos militares em 1993, implantado aos servidores em 1998.

Estas Ações Coletivas já foram julgadas, sendo reconhecido o direito ao recebimento do índice de 28,86% com o abatimento dos acréscimos ocorridos aos vencimentos por força da Lei 8627/93 em todas elas.

OBSERVAÇÃO: Todas as execuções já foram propostas (grupos de 10 servidores), sendo que em vários destes grupos já houveram pagamentos, e outros estão com RPV ou precatório já formado aguardando o pagamento. A demora da formalização dos demais pagamentos e liberação dos alvarás dos pagamentos devem-se à necessidade de haver julgamento definitivo dos Embargos propostos pelos Órgãos de origem.

Vários dos servidores que receberam valores, tiveram o pagamento somente do montante incontroverso, ou seja, aquilo que a União admite ser devido. Para estes a ação continua com o pedido do resíduo dos valores remanescentes.

DIFERENÇAS SALARIAIS REFERENTES AO REAJUSTE DOS 28,86% AÇÃO CIVIL PÚBLICA

O SINDPREVS/PR tem sido questionado por servidores a respeito da notícia divulgada por vários meios de comunicação segundo a qual os “**servidores públicos federais têm uma última oportunidade para pleitear os valores devidos pela União referentes ao reajuste de 28,86%**”, em virtude de um título executivo judicial formado em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em um estado da federação.

Assim, caso exista algum servidor **que não tenha ajuizado ação judicial e também que não tenha feito acordo administrativo para o recebimento das diferenças do reajuste de 28,86%**, existe a possibilidade de propositura de um cumprimento de sentença para a cobrança das diferenças devidas, neste caso, poderá entrar em contato com o sindicato para orientações.

PSS SOBRE O 1/3 DE FÉRIAS E IRPF
A Ação pleiteia a declaração de ilegalidade do recolhimento da contribuição previdenciária e Imposto de Renda (IRPF) sobre o terço constitucional de férias, com

a condenação da União e do INSS à devolução dos valores indevidamente retidos a esse título. A Justiça tem reconhecido o direito à não contribuir com o PSS sobre o terço de férias, todavia nega o pedido de não incidência do Imposto de Renda.

INSS – O pagamento das diferenças devidas de PSS sobre o Terço de Férias estão sendo realizados desde o mês de setembro/2021 aos servidores do INSS beneficiados pela ação coletiva do SINDPREVS/PR.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DO TRABALHO - O SINDPREVS/PR ganhou a ação em que foi reconhecido o direito dos servidores do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social à restituição dos valores de contribuição previdenciária (PSS) indevidamente cobrados sobre o terço constitucional de férias, no período de dezembro/2002 a abril/2012.

Desse modo, foi dado início à execução da sentença, começando pelos servidores do antigo Ministério da Previdência Social, sendo que agora os próximos cálculos a serem elaborados serão os dos servidores do antigo Ministério do Trabalho que enviarem ao Sindicato declaração autorizando a execução.

FUNASA E ANVISA - A referente ação, que visou a não incidência do PSS sobre o adicional de 1/3 de férias dos servidores da FUNASA, ajuizada pelo Sindicato contra a UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, FUNASA e ANVISA, foi definitivamente julgada para reconhecer o direito de todos os servidores substituídos de não terem desconto da contribuição previdenciária (PSS) sobre suas rubricas de terço de férias, condenando a Ré União à devolução dos valores indevidamente descontados, com atualização pela SELIC. Diante do direito reconhecido, o Sindicato propôs à União a celebração de acordo para o pagamento mais célere dos valores devidos.

AUXÍLIO NUTRIÇÃO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS É JUSTIÇA SOCIAL

Sempre que há reajuste nos auxílios para servidores ativos, aposentados e pensionistas ficam de fora. E há uma enorme frustração de quem não é beneficiado pelo Auxílio Alimentação. Num momento importante da vida de quem se dedicou ao serviço público, não há contrapartida por parte do governo.

Estamos numa luta sem tréguas para que o governo reconheça a necessidade alimentar de aposentados e pensionistas. Em todas as reuniões que temos com o governo, nos mais distintos ministérios, enfatizamos essa necessidade como justiça social pra servidores do INSS, Ministério da saúde, Ministério do Trabalho, FUNASA e ANVISA. Aposentar é um ato que deveria ser muito valorizado pelo governo, mas isso nunca foi prioridade.

PLANO DE SAÚDE É NECESSIDADE

Mas não lutamos somente pelo Auxílio Nutrição. É triste reconhecer que aposentados não conseguem pagar plano de saúde, e essa questão merece atenção redobrada. os valores da percapta que o governo paga são irrisórios. Hoje, a maioria dos servidores aposentado9s e pensionistas das nossas categorias não conseguem pagar pelo plano de saúde. E isso se dá porque os reajustes que os planos sofram ao longo das últimas décadas, são infinitamente superiores aos reajustes que recebemos em nossos salários. Ou seja, essa conta não bate e faz tempo.

APOSENTADOS E CUIDADOS COM A SAÚDE

Para aposentados, os cuidados com a saúde envolvem uma alimentação equilibrada, exercícios físicos regulares, hidratação e acompanhamento médico constante com exames e vacinas em dia. É crucial também prevenir quedas, cuidar da saúde mental, manter a higiene bucal e ter atenção com o uso de medicações.

CUIDADOS ESSENCIAIS

- **Alimentação e hidratação:** Tenha uma dieta rica em nutrientes, evite ultraprocessados e beba bastante água. A hidratação é especialmente importante para a saúde dos rins.
Atividade física: Mantenha-se fisicamente ativo com exercícios que fortaleçam os músculos e melhorem o equilíbrio, como caminhada, fisioterapia ou outra atividade física.
- **Prevenção de quedas:** Adapte o ambiente da sua casa (retire tapetes escorregadios, use pisos antiderrapantes no banheiro) e use calçados seguros. Fique atento a tonturas e use óculos se necessário.
- **Acompanhamento médico e vacinação:** Mantenha consultas de rotina em dia, realize exames e mantenha o calendário de vacinação atualizado.

- **Medicamentos:** Leve a lista de todos os medicamentos que você usa (incluindo os sem receita) em cada consulta para que o médico possa avaliar os riscos, já que alguns podem aumentar o risco de quedas.
- **Saúde mental e social:** Mantenha a mente ativa, cultive hobbies, saia com amigos e familiares, e participe de atividades prazerosas. Isso contribui para o bem-estar psicológico e um senso de propósito.
- **Higiene bucal:** Escove os dentes regularmente e visite o dentista a cada quatro a seis meses. A saúde bucal está ligada à saúde do cérebro.
- **Sono de qualidade:** Durma de 7 a 9 horas por noite e crie uma rotina relaxante antes de dormir.

O QUE FAZER

- **No dia a dia:** Aposentados podem aproveitar o tempo livre para cuidar melhor da saúde, praticar hobbies e se dedicar a novas atividades que tragam realização.
- **Em casa:** Verifique se não há obstáculos, mantenha o ambiente bem iluminado e, se necessário, instale barras de apoio no banheiro.
- **Convivência:** Aposentados, de todas as idades, devem ter convívio social que possibilite interagir com outras pessoas. Muito além da família, conviver em grupos, seja em clubes ou locais para se conviver, alguns já disponibilizados por prefeituras, serve para essa interação social tão importante.

E o governo não dá a mínima atenção às reclamações que fazemos porque há deterioração na saúde de aposentados que não conseguem atendimento aduado no SUS que é referência mundial, mas não dá conta de atender tamanha demanda.

Fica evidente que os sucessivos governos não têm nenhuma política para atender seus aposentados. E isso se reflete na qualidade de vida que muitos enfrentam em cidades longe das capitais, onde não conseguem atendimento porque muitos prefeitos relegam a saúde a segundo plano, mesmo tendo recebido verbas do SUS.

MOBILIZAÇÃO

O sindicato por si só, pode muito pouco, mas com a participação e apoio da nossa base, podemos muito. Juntos enfrentamos muitos desgovernos que nunca deram atenção a seus funcionários. Basta ver em nossos contracheques a importância que tem o sindicato. Lutar é mais do verbo. Portanto, somente coma efetiva participação de aposentados e pensionistas poderemos reverter situações desfavoráveis, como é o caso de sermos contemplados com Auxílio Alimentação e nem percapta justa para cuidarmos de nossa saúde.

RELATOR ESCOLHIDO

O senador Cid Gomes (PSB/CE) foi oficialmente designado relator da proposta na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), responsável pela análise inicial das ideias legislativas apresentadas por meio do portal e-Cidadania. Nos próximos dias estaremos pressionando senador CID para que acate sugestões para aprovação esta proposta o mais breve possível.

Temos uma arma poderosa para ampliarmos conquistas, que é a pressão em deputados federais de nossas regiões e senadores paranaenses, os quais devem atender nossas reivindicações fazendo leis justas e pressão no governo federal para que atenda nossos pleitos.

O SINDPREVS e a FENASPS não param nunca. Há sempre uma demanda a ser reivindicada, e aposentados e pensionistas nos auxiliam as entidades cobrando dos parlamentares e do governo que não abandonem quem tanto fez pelo serviço público. Somente na mobilização e na luta é que poderemos ser atendidos.

CORAL GRALHA AZUL - CURITIBA



SINDPREVS/PR DISPONIBILIZA ATIVIDADES EM CURITIBA E LONDRINA

O SINDPREVS/PR existe e resiste porque nos dedicamos, respeitamos e defendemos nossas categorias e filiados/as. Nos últimos anos, com grande parte das categorias se aposentando, fomos nos reinventando para atender melhor e com maior dedicação, ofertando atividades que consideramos essenciais para colaborar para a saúde física e mental de nossos colegas.

Em **CURITIBA**, são ofertadas as seguintes atividades: **TRABALHOS MANUAIS, FISIOTERAPIA, AULAS DE VIOLÃO, CORAL GRALHA AZUL, CINEMA E DEBATE, INFORMÁTICA, AURICULOTERAPIA, CLUBE DE LEITURA e ACOLHIMENTO e ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL.** **INFORMAÇÕES mais detalhadas sobre essas atividades, como dias e horários, podem ser obtidas entrando em contato com o SINDPREVS em Curitiba pelo fone – (41) 3077 61 13 ou pelos WHATSAPPs: (41) 997 40 20 48 - 995 61 61 08 - 995 61 86 10.**

Em **LONDRINA** disponibilizamos **FISIOTERAPIA** nos seguintes dias e horários: **Terças e quintas-feiras, TURMA 1: das 14:30 às TURMA 2: das 15 às .**

INFORMAÇÕES mais detalhadas sobre essas atividades em Londrina poderão ser obtidas através do fone: (43) 3321 38 14 - ou pelos WHATSAPPs: (43) 996 58 00 08 - 996 69 98 42 – 996 70 17 06.



O PAÍS AMANHECEU EM ÊXTASE COM A PRISÃO DOS GENOCIDAS GOLPISTAS

Após três anos de julgamento da organização golpista que perdeu as eleições e tentou tomar o poder com uso da força, sabotagem e até atos terroristas, chegou ao fim a primeira parte do julgamento que tornou réus e prendeu generais de pijama, oficiais da ativa, ex-ministros e agentes da política Federal. Por todo o País houve comemoração com a prisão do ex-presidente Bossonauro e todos da quadrilha. Ainda falta concluir a investigação para prender os financiadores do golpe de 08/01, e todos os cúmplices. São momentos que ficam na história após 61 anos do golpe militar que assassinou milhares de opositores do regime de terror. A justiça tarda, mas desta vez não falhou.

Vamos continuar na luta contra as tentativas da extrema direita aprovar no congresso a anistia que poderá deixar estes criminosos livres de pagar por seus crimes. Mas foi um passo importante para colocar estes sanguinários no lixo da história. **SEM ANISTIA NEM PERDÃO, GOLPISTAS NA PRISÃO!**



NOSSA HISTÓRIA É FEITA DE MUITAS LUTAS E EM 2025 NÃO FOI DIFERENTE

Os trabalhadores do INSS, Saúde, Trabalho, FUNASA e ANVISA sabem que entra ano e sai ano e somos mobilizados para enfrentar ataques a direitos e conquistas. Em 2025 não foi diferente. Em março fomos a Brasília pressionar pela aprovação da LOA, e fomos bem sucedidos, permitindo os reajustes em nossos salários. Também fomos mais duas vezes a Brasília. Na primeira participamos de manifestações na Câmara dos Deputados, onde externamos preocupação com A reforma Administrativa que ainda não tinha sido apresentada. Na segunda vez, em 29 de outubro, participamos da Marcha Nacional dos Servidores Públicos Contra a Reforma Administrativa, onde milhares de servidores protestaram contra uma Reforma que é a destruição dos serviços públicos. O recado aos deputados foi dado: **QUEM VOTAR, NÃO VOLTA!**

